

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

CONSUMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DE UM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL NA REGIÃO CELEIRO DO RS¹

Juliana Carla Persich², Cleusa De Souza Willers³, Tiago Reginaldo Zagonel⁴, Volmir Ribeiro Do Amaral⁵, Sandra Beatriz Vicenci Fernandes⁶.

¹ Trabalho realizado no Mestrado em Desenvolvimento da Unijuí

² Mestranda no programa de Pós-Graduação Strictu Sensu Mestrado em Desenvolvimento – UNIJUI, Bolsita CAPES-PROSUP. E-mail: julipersich@hotmail.com

³ Mestranda no programa de Pós-Graduação Strictu Sensu Mestrado em Desenvolvimento – UNIJUI, Bolsita FAPERGS. E-mail: cleusawillers@gmail.com

⁴ Mestrando no programa de Pós-Graduação Strictu Sensu Mestrado em Desenvolvimento – UNIJUI, Bolsita UNIJUI. E-mail: tiagozagonel@hotmail.com

⁵ Mestrando no programa de Pós-Graduação Strictu Sensu Mestrado em Desenvolvimento – UNIJUI, E-mail: volmirdoamaral@gmail.com

⁶ Prof^a Dr^a do Departamento de Estudos Agrários (DEAg) e do Mestrado em Desenvolvimento - UNIJUI, E-mail: sandravf@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade está em evidência e presente em diferentes setores, pois tem como meta a melhoria da qualidade de vida, que deve ser comum a todos. A sustentabilidade se refere ao uso adequado e racional dos recursos naturais, garantindo assim que as futuras gerações também usufruam dos mesmos. Um desenvolvimento ecologicamente sustentável deve ter como base a natureza não apenas por seu caráter supridor de matérias primas, mas fundamentalmente como supridora de serviços ecossistêmicos, essenciais à vida.

O fato é que o lixo tornou-se um problema de magnitude sem precedentes, cujos vínculos se expressam nas dimensões sociais, econômicas e ambientais dos municípios, sendo alvo das políticas públicas nos setores de meio ambiente, saúde, trabalho e renda, bem como do planejamento urbano municipal, sendo nos dias de hoje um tema que exige uma maior atenção de todas as esferas do Poder Público Municipal, Estadual e Federal.

O Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos têm sido uma alternativa para municípios de pequeno porte, visando a solução dos problemas com o lixo, ou seja, seu destino final. Através da união esses municípios criaram um centro de triagem onde realizam a separação do lixo. Assim, além de diminuir a quantidade de lixo no aterro garantem emprego, uma renda extra com a venda dos materiais reciclados, sendo uma solução social, ambiental e econômica para a sociedade local. O problema em comum que motivou a organização dos municípios em torno do Consórcio foi a dificuldade de, isoladamente, solucionarem a destinação inadequada de seus resíduos sólidos. Anteriormente, a maioria dos municípios contratava empresas para coletarem resíduos, e depositá-los em algum aterro sanitário ou “lixão” de outro município, o que, além de representar aumento de custos do transporte, em decorrência da maior distância percorrida, e

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

resultando no provável aumento da concentração de resíduos, não representava uma solução, mas sim a transferência do problema.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa que corresponde a questões particulares em um contexto, e focaliza um grau de realidade que não pode ser quantificado. Nesse sentido, trabalha com um universo de múltiplas aspirações, significados, motivos, crenças, atitudes e valores (MINAYO, 2012).

Em termos metodológicos este trabalho define-se como um estudo bibliográfico técnico-científico, pois buscou, através da literatura existente, abordar a problemática do gerenciamento de resíduos sólidos no contexto municipal, e ainda propõe uma leitura da realidade, de forma empírica, do funcionamento do Consórcio municipal CITEGEM.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora, pois o meio ambiente não pode ser protegido quando o crescimento não leva em conta as consequências da destruição ambiental. A economia não pode mais ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, e essa mudança é um caminho que na sua dinâmica deve procurar envolver e interrelacionar as esferas: econômica, social, política e ambiental.

O consumo sustentável deve estar associado à reciclagem dos resíduos gerados, introduzindo-os novamente no sistema produtivo, transformando-os em novos produtos. É necessário mobilizar a comunidade para a participação efetiva na implantação da coleta seletiva, separando os materiais recicláveis e/ou reutilizáveis diretamente na fonte de geração.

A essência do consumo sustentável é criar nos consumidores a consciência ecologicamente seletiva, desenvolvendo dentro do cotidiano novos hábitos de consumo, mais responsáveis, com menos desperdício. Deve-se educar primeiramente para a redução, afinal nem tudo que se consome é realmente necessário; observar as necessidades “reais” e as “criadas” pela mídia, e posteriormente educar para a reutilização, uma vez que muito produtos podem servir para novos usos.

Conforme Becker (2001) é possível dizer que os problemas ambientais derivam da falta de desenvolvimento, e de consequências inesperadas de certas formas de crescimento econômico. Pouca atenção tem sido dada aos métodos e ao espaço de tempo necessário para a regeneração dos sistemas naturais renováveis. Nesse sentido o autor ainda afirma que:

Desenvolvimento econômico e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social (BECKER, 2001, p. 170).

A estruturação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos vem ao encontro de um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos governos e sociedade brasileira – a geração de resíduos sólidos - um problema que deve gerar um novo estilo de comportamento, com ênfase no consumo sustentável de bens e serviços. Os problemas com o lixo são constantes, por isso encontrar alternativas para essa questão, exige um gerenciamento condizente com a realidade dos municípios, que enfrentam

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

dificuldades ambientais, decorrentes da inexistência do comprometimento do governo local quanto ao assunto.

No que se refere a legislação, os resíduos sólidos estão regidos pelas Lei nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, expressa em seu Art. 9º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. A responsabilidade pela coleta de lixo compreende dois grandes responsáveis, que são o poder público municipal e o gerador. Nesse sentido é de responsabilidade do poder público o lixo domiciliar, comercial e público, e de responsabilidade do gerador o hospitalar, especial, industrial e agrícola.

Para Grippi (2001), cada brasileiro hoje gera, em média, 500g de lixo por dia, ou seja, cerca de 100.000 toneladas de lixo são geradas por dia em todo país. Aliado a este problema, vem a baixa eficiência da grande maioria das prefeituras brasileiras que operam com verdadeiros lixões a céu aberto, faltando recursos e tecnologias para investimento em aterros sanitários licenciados e oficiais, e, o que seria melhor, incrementar a coleta seletiva para propiciar a reciclagem.

Nos últimos vinte anos, o Brasil mudou muito seu tipo de lixo. O crescimento acelerado das cidades e ao mesmo tempo as mudanças de consumo das pessoas trouxeram fatores que vêm gerando lixo muito diferente daquele que as cidades brasileiras produziam há quarenta anos. O lixo atual é diferente em quantidade e qualidade, em volume e composição. Hoje cada vez mais a população dos municípios brasileiros concentra-se nas cidades. (GRIPPI, 2001, p. 2).

O destino final do lixo é um dos agravantes da degradação do meio ambiente. A coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos são alternativas para redução do volume de lixo em aterros ou lixões. A reciclagem permite a diminuição da quantidade de lixo produzido com o reaproveitamento de diversos materiais, ajudando a preservar alguns elementos da natureza. Os programas de coleta seletiva que se consolidaram vêm-se traduzindo também em alternativas de geração de renda para a manutenção e sobrevivência de muitas famílias. Temos, porém, muito a pesquisar e aprender sobre coleta seletiva, como um fator importante para o melhoramento da qualidade e da quantidade dos materiais a serem reciclados.

As campanhas educativas contribuem para mobilizar a comunidade, para sua participação efetiva e ativa na implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos, separando os materiais recicláveis e/ou reutilizáveis diretamente na fonte de geração. Cabe ressaltar o papel da sociedade no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental, pois a reciclagem, por si só, não pode ser considerada a solução. A mudança de hábitos e atitudes pode levar a sociedade a tomar medidas mais abrangentes, com ações que minimizem a quantidade de resíduos na própria fonte geradora, consumindo menos e reutilizando embalagens descartáveis, por exemplo.

Dessa forma, a Educação Ambiental, como processo educativo, permanente e contínuo, que visa desenvolver uma filosofia de vida ética e moral, de maior harmonia e respeito com a natureza e entre os seres humanos, pode propiciar conhecimentos e o exercício da cidadania para uma atuação crítica e consciente dos indivíduos e grupos. Ela é indispensável para a implementação de projetos direcionados aos resíduos sólidos.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

O Consórcio Intermunicipal de Gestão Multifuncional – CITEGEM, fundado no ano de 1997, e que passou a denominação de Consórcio Público a partir do final do ano de 2010, adequando-se a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, é formado por onze municípios situados na região Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul. O Consórcio possui uma usina de resíduos sólidos, a qual foi o objetivo maior da criação do consórcio na época, cuja finalidade da usina é de receber, separar, reciclar e dar destino final aos resíduos sólidos urbanos.

Sendo a destinação inadequada dos resíduos sólidos um problema em comum entre municípios da região Celeiro do RS, motivou a organização e a adesão ao Consórcio. Para buscar uma solução viável economicamente, embasada na sustentabilidade surgiu o CITEGEM, suas ações estão pautadas em três linhas de atuação: 1ª - Campanha para a separação doméstica dos resíduos sólidos que ocorre nas residências, onde são realizados trabalhos de conscientização da população, sobre a necessidade de separação do lixo orgânico do inorgânico; 2ª - Coleta seletiva de responsabilidade das prefeituras e finalmente, 3ª - Tratamento e destino dos resíduos sólidos pela usina do Consórcio. O CITEGEM - Consórcio Intermunicipal de Gestão Multifuncional, antiga CITRESU - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, se mantém com recursos repassados pelas prefeituras conveniadas e da venda dos resíduos reciclados, ou seja, o governo só manda a verba para os projetos, não mandam mensalmente como as prefeituras. O CITEGEM é composto por onze municípios da Região Celeiro do Rio Grande do Sul: Três Passos, Crissiumal, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul, Bom Progresso, Braga e Campo Novo.

O Consórcio está articulado em dois níveis: um geral, entre municípios, e outro interno, peculiar a cada município. O primeiro nível de articulação está diretamente relacionado a um volume maior de investimento, para a construção de Centro de Triagem e acondicionamento e de terreno para tratamento e destino dos resíduos sólidos, a configuração jurídica do Consórcio, ao número de municípios participantes, e a forma de gestão e de financiamento. Já o segundo nível está relacionado a separação doméstica e a coleta seletiva dos resíduos sólidos, bem como a mobilização dos atores sociais que sensibilizam a população e realizam a separação dos resíduos ainda nas residências.

O Consórcio possui um coordenador que tem funções de organização, sendo que o mesmo tem as seguintes responsabilidades: a) informar constantemente os prefeitos sobre o funcionamento da Central de Triagem; b) se responsabiliza pela pesquisa de preços e comercialização dos resíduos e pela compatibilidade do Consórcio; c) organiza o trabalho na central; d) supervisiona a manutenção do aterro e as campanhas municipais de sensibilização; e) acompanha o recebimento do lixo e controla a saída dos resíduos sólidos na Central de Triagem. O coordenador é também responsável por fazer as mediações entre prefeitos e o cotidiano da Central de triagem, e entre os órgãos de fiscalização e a manutenção do aterro, bem como entre os trabalhadores e aos programas municipais de saúde.

No que se refere ao envolvimento da população, as campanhas de sensibilização foram iniciadas dez meses antes do início da coleta seletiva, ancoradas em duas estratégias, umas delas foi acionar os meios de comunicação, principalmente as rádios locais, e a realização de ciclos de palestras. Foi realizada uma campanha publicitária em forma de outdoors espalhados em pontos estratégicos do

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

município, outra estratégia incluiu a articulação de uma rede de atores sociais para divulgar os princípios dos “Três R”-Redução, Reutilização e Reciclagem dos Resíduos Sólidos, bem como os calendários de recolhimento dos resíduos secos e úmidos, distribuídos a população. Dentre os atores sociais participantes do projeto, destacam-se, em cada município, as escolas (municipais, e estaduais e particulares) e as igrejas, principalmente a Católica e a Luterana do Brasil.

A coleta seletiva é uma alternativa ecologicamente correta, que desvia do destino em aterros sanitários ou lixões, resíduos sólidos que podem ser reciclados. Assim, os consórcios surgem como a solução para municípios de pequeno porte, para que os problemas com o lixo, bem como sua disposição inadequada no meio ambiente, sejam resolvidos de uma maneira apropriada a realidade financeira dos mesmos, onde a união faz a força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos refletir sobre as questões do nosso cotidiano, que embora simples, como a questão do lixo, mostram nossa maneira de entender o nosso papel dentro da sociedade, e as relações de respeito e de harmonia do ser humano com o meio ambiente e consigo próprio. Devemos também perceber que os resíduos sem serventia que jogamos no lixo são a fonte de sobrevivência de muitas pessoas. Também é necessário avaliar até que ponto a nossa geração tem o direito de se apropriar das reservas e recursos naturais, comprometendo a qualidade de vida e até mesmo a possibilidade de sobrevivência de gerações futuras.

Na medida em que os municípios se juntam em torno de um Consórcio para resolver impasses comuns a todos eles, permite ganhos a todos, ou seja, ganhos políticos, ambientais e econômicos. Ganhos políticos no sentido que se torna possível unir num mesmo Consórcio prefeitos de diversos partidos para solucionar problemas que são comuns a todos, e também por romper licitações e contratos, geralmente muito custosos, com empresas de coleta de lixo. Ganhos organizacionais no que se refere a redução de custos e otimização da utilização e ocupação de espaço destinado aos resíduos sólidos. Ganhos ambientais, uma vez que esse tipo de ação, que é focada nos 3R's – Reaproveitamento, Reutilização e Reciclagem – e a intensa sensibilização da população através da educação ambiental, tem o potencial de mudança de hábito o que possibilita o aumento da vida útil dos aterros e o acondicionamento adequado dos resíduos e dos rejeitos. E ainda ganhos econômicos com ganhos de escala tanto no investimento coletivo quanto no transporte dos resíduos reciclados. Outro aspecto econômico que merece destaque é que parcela dos custos é financiada com a venda dos próprios resíduos reciclados vendidos pela Central de triagem.

Os problemas de coleta seletiva estão ligados à conscientização da população sobre a importância da separação do lixo que ela própria gera e à vontade política das administrações públicas em resolver os problemas. A coleta seletiva deve ser tratada como uma questão de ordem pública e de máxima prioridade, por dizer respeito à saúde e bem-estar não só de uma parcela da população, mas de toda a sociedade. O Poder Público deve também criar mecanismos de divulgação da coleta seletiva e segregação do lixo, inserindo folders nas contas de energia elétrica, ou de água, que chegam a todas as casas, e fazer parceria com os meios de comunicação (rádios, jornais e portais virtuais) para campanhas de divulgação dos dias da coleta.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

Considera-se como pontos positivos do Consórcio, a possibilidade de realizar o planejamento integrado entre os municípios pertencentes ao Consórcio, reduzindo assim custos operacionais, tornando possível a extinção dos antigos lixões nos municípios. Dessa forma, todo o lixo dos consorciados é encaminhado para um único local, que é adequado e segue as normas que correspondem ao armazenamento correto dos resíduos sólidos urbanos, sendo visível a toda comunidade, que pode a qualquer momento acompanhar o trabalho realizado pelo mesmo.

Os fatores que tornam a coleta seletiva e a reciclagem viável convergem todos para a proteção ambiental e a sustentabilidade do desenvolvimento, pois se referem a economia de matérias-primas, a redução da poluição no solo, subsolo, água e ar. Também favorecem a promoção de uma forma de desenvolvimento econômico e socialmente sustentável, pois envolve ganhos para a sociedade como um todo.

Portanto, os consórcios intermunicipais representam uma forma economicamente viável para a prestação de serviços públicos municipais e, ao se articularem com organizações da sociedade civil, podem formar uma rede de cooperação e ajuda mútua. Proporcionando uma relação participativa em oposição às relações competitivas e isoladas existentes entre os municípios. Por outro lado existem pontos negativos a serem elencados que necessitam ser solucionados, no que se refere a autossuficiência do Consórcio em relação aos recursos financeiros, uma vez que o lixo aterrado precisa ser monitorado constantemente.

As limitações presentes no processo dão conta que a coleta seletiva não está funcionando corretamente nos municípios, sendo necessária uma maior conscientização da população, da importância de separar corretamente seu lixo em sua fonte geradora. Nesse sentido, percebe-se que o processo de sensibilização da população para a mudança de estilo de hábito em separar o lixo doméstico continua sendo um dos fatores com maior dificuldade de serem trabalhados no processo de gestão de resíduos sólidos, cabendo aí uma estratégia ativa de educação ambiental nos municípios. Outra dificuldade é a obtenção de recursos no âmbito Estadual e Federal, o que dificulta a possibilidade de alguns investimentos e melhorias do Consórcio de um modo geral.

Nesse contexto, os consórcios municipais voltados a solução da destinação do lixo atendem ao princípio consagrado da gestão ambiental - pensar na questão do lixo globalmente e agir localmente - com políticas públicas eficientes.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, gerenciamento de resíduos sólidos, Consórcio intermunicipal.

REFERÊNCIAS

BECKER, Dinizar Ferminiano (org). Desenvolvimento Sustentável - Necessidade e/ou Possibilidade. 3 ed. Santa Cruz: UNISC, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2000. Política Nacional de Resíduos Sólidos.

CALDAS, E. L. Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. São Paulo: SP, 2002.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

GRIPPI, Sidney. Lixo - Reciclagem e Sua História-Guia para Prefeituras Brasileiras. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades - Censo Populacional e dados referentes do lixo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de março de 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, ICLEI – BRASIL. “Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: manual de orientação.” Brasília, 2012.

MINAYO, Maria Cecília Souza (org). Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.